

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.511 - SE (2019/0290324-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : JOSE MAURICIO VIEIRA DE BRITO  
**ADVOGADO** : ARETUSA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA - SE001024A  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO  
**ADVOGADOS** : LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA - SE003068  
DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA - SE010262

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado por **José Maurício Vieira de Brito** com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fl. 291):

*PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONVERSÃO DA URV. SERVIDOR MUNICIPAL. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA URV EM REAL. VENCIMENTOS. REAJUSTES. 11,98%. PROFESSOR. LEI MUNICIPAL. REESTRUTURAÇÃO DE VENCIMENTOS LIMITAÇÃO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*1 - A Lei Municipal nº 162/2002, ao reestruturar os cargos, a carreira e vencimentos dos Servidores do Município de Poço Redondo absorveu eventuais perdas remuneratórias advindas da conversão dos salários em URV, admitindo-se a limitação do pagamento até a data de implementação da reestruturação de carreiras.*

*2 - Proposta a ação, quando transcorridos mais de 05 (cinco) anos da reestruturação da carreira do servidor, as eventuais diferenças apuradas na conversão, anteriores à vigência da nova Lei, encontram-se abarcadas pela prescrição do fundo de direito.*

*3 - Apelação conhecida e desprovida. Sentença mantida. Unanimidade.*

Não foram opostos embargos declaratórios.

A parte recorrente aponta dissídio jurisprudencial e violação aos arts. 373, II, e 489, §1º, IV do CPC/2015. Sustenta que "*não é qualquer lei posterior que serve como termo ad quem para o reconhecimento da prescrição, ou seja, a lei tem que*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dizer/falar (trazer expresso) de que incorporou/recompôs esses prejuízos, e a lei criada pelo município nada fala e o réu/recorrido não se desincumbindo do ônus probatório, quando teve a chance de provar" (fl. 301).*

*Defende que, "se não existiam nos autos provas suficientes do direito buscado e o recorrido também não desconstituiu (não provou a incorporação/recomposição pretendida) e a Lei Municipal nº 162/2002 não traz dispositivo expresso de que fez a incorporação/recomposição quando reestruturou a carreira do servidor, tanto o juiz a quo quanto o relator a quo julgaram por PRESUNÇÃO o direito invocado pela Recorrente está ancorado na Lei nº 8.880/94, ou seja, o direito do Requerente está constituído por não haver fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu, não há que se falar em PRESCRIÇÃO" (fl. 303).*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

*A irresignação não comporta acolhida.*

*Com efeito, o Tribunal estadual reconheceu a prescrição do fundo de direito para a parte recorrente pleitear as diferenças decorrentes da conversão em URV, com base na seguinte fundamentação (fls. 293/295):*

*A matéria em testilha versa sobre o pagamento, em favor da parte Apelante (servidor público vinculado ao Município de Poço Redondo), das diferenças relativas à conversão pela URV dos valores monetários de "Cruzeiro Real" para "Real", tendo em vista que foi considerada a data de 30 de junho para a conversão, quando deveria ter sido feito o cálculo com base no dia do seu vencimento.*

*A pretensão restou julgada improcedente, ao fundamento de que no caso dos autos, a Lei Complementar Municipal nº 162 de 2002 absorveu as diferenças remuneratórias e que a presente ação somente foi ajuizada, quando decorridos mais de 05 anos da edição da Lei, pelo que entendeu que a pretensão restou tragada pela prescrição.*

*A matéria aqui tratada não é nova, e restou enfrentada por esta Câmara na oportunidade do julgamento da Apelação Cível nº 201800723907, ocorrido em 25/09/2018, de minha relatoria, onde restei acompanhada pelos Pares.*

*Pois bem, a demanda posta em exame, cinge-se, na verdade, à reparação de defasagem remuneratória ocorrida em vínculo de natureza estatutária, em que deve ser examinada a prescrição de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fundo de direito, na forma do Decreto nº 20.910/32, quanto à reestruturação das carreiras dos servidores municipais.*

*De início, cumpre registrar, que segundo entendimento firmado pela Suprema Corte, no RE nº 561.836/RN, Relatoria Min. Luiz Fux, Dje, 10/02/2014, submetido à sistemática da repercussão geral, o termo &apos;ad quem apos; da incorporação do índice de conversão dos salários em URV, aplicado em cada caso na remuneração do agente público, é a data de vigência da lei que reestruturou a remuneração da sua carreira.*

*Destarte, quando erigida a lei que reestruturou a remuneração da sua carreira, absorvendo as diferenças, descabe qualquer a correção.*

*Na espécie, anoto que, efetivamente, a Lei Municipal nº 162/2002 teve o condão de absorver as diferenças remuneratórias.*

*Com efeito, a referida norma promoveu o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Poço Redondo. E, ainda, anoto neste contexto, que a Seção IV veiculou a remuneração e vencimento destes servidores.*

*Assim, tenho, tal como entendeu o julgador de origem, que a legislação municipal teve o condão de absorver as diferenças.*

*Esclareço ainda, que a parte autora foi devidamente instada a promover as provas que entendia necessárias, inclusive, após a notícia pelo município requerido da superveniência da lei, todavia, quedou-se inerte.*

*Assim, no caso examinado, em relação ao período em que a perda se protraiu, vê-se que a Lei Municipal criou um novo padrão de vencimentos para os servidores municipais, superando as eventuais perdas ocorridas em função da errônea metodologia de cálculo utilizada para a correção das suas remunerações.*

*Portanto, ao instituir novo padrão de vencimento, houve extinção do anterior, de modo que eventual perda decorrente da conversão salarial em URV, havida em março de 1994, deve-se limitar à data de implementação da reestruturação de carreiras que, no caso, ocorreu no ano de 2002, com a entrada em vigor da Lei nº 162/2002.*

*Sendo assim, uma vez que a presente ação somente foi ajuizada em 06.03.2018, verifica-se que a pretensão ora ventilada encontra-se acobertada pela prescrição do fundo de direito, porquanto a demanda deveria ter sido proposta em até cinco anos após a entrada em vigor da Lei que alterou o regime remuneratório anteriormente vigente, nos moldes do art. 1º do Decreto nº 20.910/32.*

*(...)*

*Assim, como o ajuizamento ocorreu após o decurso do prazo quinquenal, não cabe examinar a existência de eventuais diferenças devidas ao autor, porquanto tais parcelas foram*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*alcançadas pela prescrição, nos termos do art. 487, II do CPC/2015.*

Ao assim decidir, o Tribunal de origem não se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal segundo a qual, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

A propósito:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. VALORES PRETÉRITOS QUE SE ENCONTRAM PRESCRITOS. AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada por Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que pleiteiam a incorporação aos seus vencimentos do percentual de 11,98% decorrente da errônea conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor-URV.*

*2. A instância originária reconheceu que a Lei 4.620/2005, do Estado do Rio de Janeiro, que reestruturou a carreira dos Servidores do Poder Judiciário daquela unidade federativa, é o marco inicial da contagem do prazo prescricional, e tendo a presente ação sido ajuizada somente no ano de 2014, ou seja, nove anos após a entrada em vigor do respectivo diploma normativo, inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação.*

*3. O entendimento do Tribunal a quo se alinha a jurisprudência desta Corte Superior de que a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos. Precedentes: EDcl no REsp. 1.233.500/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.2.2017; AgRg no AREsp. 811.567/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23.5.2016; AgInt no AREsp. 935.728/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.9.2016; AgRg no REsp. 1.565.046/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 31.8.2016.*

*4. Agravo Interno dos Servidores a que se nega provimento.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no AREsp 1035843/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017)

*ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO.*

*1. Trata-se de ação em que os recorrentes buscam desconstituir acórdão que não reconheceu o direito de recálculo dos vencimentos e proventos convertendo-os para a URV a partir de março de 1994.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.*

*3. A apreciação da questão relativa à ausência de prova de eventual prejuízo sofrido, pelo recorrido, pela suposta percepção de valores menores do que os servidores que já se encontravam em exercício em 1994, demanda incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.*

*5. Recurso Especial não conhecido.*

(REsp 1655448/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 27/04/2017)

No mais, a verificação se a Lei Complementar Estadual nº 162/2002 reestruturou ou não a carreira dos recorrentes, bem como quanto ao ônus probatório, tal como trazida a questão nas razões recursais, esbarra nos óbices das Súmulas 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*") e 7/STJ ("*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*").

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. URV.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DIFERENÇAS VENCIMENTAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DO PREJUÍZO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.*

*1. A instância ordinária assentou que a prova do prejuízo deveria ter amparado a petição inicial, porque é pré-constituída e documental, inerente ao ônus que competia aos autores, a fim de justificar o direito invocado, o que não ocorreu no presente caso. A alteração de tais premissas, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no AREsp 1193849/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 06/03/2018)**

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ESTADO DE MINAS GERAIS. URV. DIFERENÇA SALARIAL. REESTRUTURAÇÃO DA TABELA DE VENCIMENTOS.*

*LIMITAÇÃO TEMPORAL. OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES REGIMENTAIS.*

*1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.*

*2. Segundo precedentes deste Superior Tribunal "para averiguar se a*

*legislação estadual garantiu ou não o pagamento de valores superiores às perdas apuradas, no que tange à conversão de vencimentos públicos em URV, ou se pode ser reconhecida como o marco inicial da contagem do prazo prescricional, seria necessário analisar diploma legislativo local, cognição que é vedada na presente instância recursal, nos termos da Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário' (REsp 1290833/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, , DJe 19/12/2011).*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.353.389/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 26/03/2014).**

*CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR*

# Superior Tribunal de Justiça

**PÚBLICO. COBRANÇA DE DIFERENÇAS DERIVADAS DA CONVERSÃO DE URV PARA REAL. REESTRUTURAÇÃO DO REGIME DE REMUNERAÇÃO. LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. NÃO OCORRÊNCIA DE GANHO REAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.**

1. *Cinge-se a controvérsia a eventuais prejuízos sofridos por servidores em razão da conversão da URV com base em Lei local. Porém, nos termos da Súmula 280/STF, 'por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'.*

2. *Infirmar o posicionamento adotado pelo aresto recorrido, pela ausência de ganho real ou inexistência de reestruturação na carreira, conforme busca o agravante, demanda revolvimento de matéria fático-probatória, inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.*

3. *Outros fundamentos também conduzem ao não conhecimento do Recurso Especial: a) falta de comprovação da divergência jurisprudencial e b) pela alínea 'b', não há aplicação de ato de governo local em detrimento de lei federal, nem formulação de teses fundadas nesse permissivo (cfr. REsp 1.208.459/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 5.11.2010).*

4. *Agravo Regimental do Município de Belo Horizonte provido para não conhecer do Recurso Especial de Anilze Vieira Righi. (AgRg no Ag 1.347.207/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/5/2012, DJe 23/5/2012).*

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

